

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2019

Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Oficial de Justiça

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.

Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Disc. Estudo de Caso

Cargo ou opção H08 - OFICIAL DE JUSTIÇA

Tipo gabarito 1

| | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 001 - B | 011 - B | 021 - A | 031 - B | 041 - E | 051 - A |
| 002 - C | 012 - E | 022 - C | 032 - B | 042 - C | 052 - B |
| 003 - A | 013 - D | 023 - D | 033 - E | 043 - E | 053 - C |
| 004 - E | 014 - D | 024 - A | 034 - C | 044 - B | 054 - E |
| 005 - D | 015 - C | 025 - E | 035 - D | 045 - D | 055 - D |
| 006 - B | 016 - A | 026 - B | 036 - E | 046 - D | 056 - A |
| 007 - E | 017 - E | 027 - A | 037 - C | 047 - C | 057 - B |
| 008 - A | 018 - E | 028 - C | 038 - A | 048 - A | 058 - C |
| 009 - B | 019 - A | 029 - B | 039 - C | 049 - E | 059 - E |
| 010 - C | 020 - E | 030 - D | 040 - E | 050 - D | 060 - E |

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Os nomes e os lugares]

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diplomatas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras "naturais". Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

1. Segundo a convicção do historiador Eric Hobsbawm, a denominação utilizada na geografia
 - (A) expõe-se na cartografia de modo a espelhar tão somente a realidade física do elemento identificado.
 - (B) traz consigo o risco de se tomar como nome objetivo uma identificação política ou ideológica.
 - (C) atende ao papel da natureza assumida como critério para uma localização histórica incontestável.
 - (D) tem a vantagem de se tornar uma referência histórica e espacial de caráter permanente.
 - (E) relativiza a importância dos fatos históricos na medida em que ocorre como simples descrição.

2. As *decisões políticas* que cabem aos cartógrafos impõem-se quando
 - (A) um acidente geográfico passa a apresentar novas configurações físicas.
 - (B) razões de caráter estético interferem no processo de nomeação.
 - (C) a nomeação que lhes cabe identificará um posicionamento em face da história.
 - (D) sua carreira científica acaba sendo influenciada por razões eleitorais.
 - (E) as escolhas técnicas encontram um ponto de equilíbrio imune às pressões sociais.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:
 - (A) *um ar de espúria objetividade* = um aspecto de pretensa verdade
 - (B) *reino dos programas* = domínio das ciências
 - (C) *se fazem passar por fatos* = subestimam a potência do que é real
 - (D) *sabem com que frequência* = conhecem o quanto é raro
 - (E) *demarcações linguísticas* = atribuições da linguagem

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Postula o autor do texto de que a cartografia seja capaz de revelar equívocos à medida em que se nomeiam os seus objetos.
 - (B) Por conta de razões históricas acabam por nomear-se acidentes que deveriam ser adstritos à simples geografia dos mesmos.
 - (C) O fato de haver nomes simultâneos para os mesmos elementos cartográficos indicam por vezes a precariedade destas nomeações.
 - (D) É no decorrer da história aonde se verificam quão poucos objetivos são os critérios que se adotam nos princípios da cartografia.
 - (E) Em vários momentos da história, os cartógrafos sentem o peso de uma decisão política na hora de nomear os componentes de um mapa.

5. Ao se flexionar na **voz passiva**, a forma verbal atende às normas de **concordância** na frase:
 - (A) Ao se revelar no mapa, os nomes cartográficos sobrepõem-se por vezes à conformação natural daquilo que designa.
 - (B) Por mais que se determine os critérios de nomeação adotados pelos cartógrafos, nunca eles alcançarão uma plena objetividade.
 - (C) No momento em que são adotados pelo cartógrafo idôneo, o critério linguístico se mostra adequado na confecção dos mapas.
 - (D) Na medida em que se submetam a algum critério objetivo, as denominações de um mapa podem fazer muito sentido.
 - (E) Como deixar de se reconhecerem nas nomeações dos mapas a influência determinante de razões políticas e ideológicas?



6. É inteiramente adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O acesso a que se tem aos elementos de um mapa leva-nos a estranhar os nomes que os atribuem os cartógrafos.
 - (B) A cautela de que se reveste um historiador, diante das denominações de um mapa, justifica-se pelos critérios políticos que as influenciaram.
 - (C) A estranheza de cuja somos possuídos quando comparamos as denominações de um mapa está na multiplicidade de critérios que à elas se impõem.
 - (D) Há nos mapas limites geográficos dados enquanto naturais, quando de fato o que lhes determina é uma posição política.
 - (E) É nos tempos remotos em cujos se estabeleceram as denominações de um mapa que se pode encontrar uma justificativa para os mesmos.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[A harmonia natural em Rousseau]

A civilização foi vista por Jean-Jacques Rousseau (1713-1784) como responsável pela degeneração das exigências morais mais profundas da natureza humana e sua substituição pela cultura intelectual. A uniformidade artificial de comportamento, imposta pela sociedade às pessoas, leva-as a ignorar os deveres humanos e as necessidades naturais.

A vida do homem primitivo, ao contrário, seria feliz porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele é amplamente autossuficiente porque constrói sua existência no isolamento das florestas, satisfaz as necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades e não é atingido pela angústia diante da doença e da morte. As necessidades impostas pelo sentimento de autopreservação – presente em todos os momentos da vida primitiva e que impele o homem selvagem a ações agressivas – são contrabalançadas pelo inato sentimento que o impede de fazer mal aos outros desnecessariamente.

Desde suas origens, o homem natural, segundo Rousseau, é dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento pleno desses sentimentos só ocorre quando estabelecidas as primeiras comunidades locais, baseadas sobretudo no grupo familiar. Nesse período da evolução, o homem vive a idade do ouro, a meio caminho entre a brutalidade das etapas anteriores e a corrupção das sociedades civilizadas.

(Encarte, sem indicação de autoria, a **Jean-Jacques Rousseau – Os Pensadores**. Capítulo 34. São Paulo: Abril, 1973, p. 473)

7. Expõe-se no primeiro parágrafo do texto um aspecto importante do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, qual seja, o de que
- (A) os benefícios do processo civilizatório já demonstraram que podem conviver harmoniosamente com a satisfação dos impulsos naturais.
 - (B) a cultura intelectualizada, embora atenda plenamente as exigências da vida natural, acaba por interferir na formação do caráter humano.
 - (C) numa sociedade mais evoluída torna-se fatal certa uniformização dos comportamentos, o que ocorre também com as mais primitivas.
 - (D) as exigências morais de uma sociedade passam a ser atendidas quando esta impõe seus valores civilizados aos cidadãos mais responsáveis.
 - (E) o processo civilizatório implica um tipo de artificialismo que uniformiza os valores de comportamento e degrada a natureza humana.
8. No segundo parágrafo, o *homem primitivo* é caracterizado de modo a constituir
- (A) um exemplo de vida feliz, em virtude da harmonização com o meio, da satisfação das necessidades básicas e do espírito sereno diante da mortalidade.
 - (B) uma criatura mais feliz que o homem civilizado, embora compartilhe com este a mesma índole selvagem que leva a gratuitas violências.
 - (C) um parâmetro de conduta moral de alta elevação, em virtude do domínio das angústias que o afligem no momento da escolha de valores.
 - (D) um caso de felicidade conquistada no exercício constante de valores naturais, não se deixando afetar pelos modos aristocráticos que o assediam.
 - (E) um caso em que a autopreservação pessoal não hesita em contrariar as normas instituídas pela comunidade na qual se sente deslocado.



9. Deduz-se da leitura do terceiro parágrafo que
- (A) há uma oposição clara e irrecorrível entre o estágio da vida primitiva e o da vida civilizada.
 - (B) a *idade do ouro* é identificada como uma etapa transitória entre tipos de sociedade.
 - (C) o *livre arbítrio*, fragilizado nas sociedades civilizadas, tem muita expressão nas primitivas.
 - (D) a *corrupção das sociedades civilizadas* acaba sendo um reflexo dos maus hábitos primitivos.
 - (E) ocorre uma clara incompatibilidade, no período da evolução humana, entre primitivos e civilizados.

10. *A vida do homem primitivo seria mais feliz que a dos civilizados porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas.*

Uma nova redação da frase acima, em que se respeitem sua clareza, seu sentido básico e sua correção, poderá ser:

- (A) Apesar de nutrir sentimentos inatos, a vida dos homens primitivos, comparativamente a dos civilizados, torna-se mais feliz.
- (B) As necessidades primitivas do homem tornam-lhe mais feliz que a dos civilizados quando passam a atender suas forças inatas.
- (C) Tendo por parâmetro o atendimento às necessidades naturais, o homem primitivo desfruta de uma condição de felicidade superior à do civilizado.
- (D) Para atender a suas necessidades primitivas, o homem natural tem uma vida sobre a qual agrega mais sentimentos de felicidade que os demais.
- (E) Os civilizados não levam uma vida proporcionalmente mais feliz que os primitivos pelo fato de não terem atendido as necessidades que dispõem para viver.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Em uma empresa, dentre as pessoas que utilizam bicicleta como principal meio de transporte, 32% são homens e 204 são mulheres. Nessa empresa, 60% dos homens e 50% das mulheres não usam bicicleta como o principal meio de transporte. O total de pessoas nessa empresa é igual a:
- (A) 600.
 - (B) 648.
 - (C) 792.
 - (D) 744.
 - (E) 696.
12. Lucas e Estela colecionam miniaturas de carrinhos e a razão entre o número de carrinhos de Lucas e o número de carrinhos de Estela é $\frac{3}{5}$. Se Lucas der 12 carrinhos para Estela, ela passará a ter o triplo do número de carrinhos de Lucas. Eles têm, juntos, um total de carrinhos igual a:
- (A) 88.
 - (B) 84.
 - (C) 80.
 - (D) 92.
 - (E) 96.



13. Observando o padrão de formação da sequência infinita (2, 1, 3, 1, 1, 4, 1, 1, 1, 5, 1, 1, 1, 1, 6, ...), nota-se que os termos iguais a 1 aparecem nas posições 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, e assim por diante. A 300ª vez em que o termo igual a 1 aparece nessa sequência está na posição
- (A) 342.
- (B) 330.
- (C) 336.
- (D) 324.
- (E) 348.

14. Beatriz, Érica, Juliana e Natália têm idades de 20 a 22 anos, e sabem as idades umas das outras. Em um treinamento de teatro, as meninas que tinham idade ímpar deveriam sempre falar a verdade e as meninas que tinham idade par deveriam sempre mentir. Nesse treinamento elas tiveram o seguinte diálogo:

Beatriz: *Eu tenho 20 anos.*

Érica: *Nenhuma de nós tem 21 anos.*

Juliana: *A soma das idades de Érica e Natália é igual a 41 anos.*

Natália: *A soma da minha idade com a idade de Juliana é igual a 42 anos.*

Beatriz: *Érica tem 21 anos.*

A somas das idades, em anos, de Beatriz, Érica, Juliana e Natália é igual a:

- (A) 83.
- (B) 82.
- (C) 81.
- (D) 84.
- (E) 85.

Noções de Informática

15. Na sua configuração padrão, muitos servidores de *e-mail* vêm com o *relay* aberto, permitindo que eles sejam usados para enviar mensagens de e para qualquer rede ou domínio, independente dos endereços envolvidos serem da rede da organização ou não. Estes servidores são amplamente explorados para envio de SPAM.

Diversas redes bloqueiam a recepção de mensagens a partir de servidores que tenham sido ou estejam sendo usados para envio de SPAM, fazendo com que usuários do servidor com *relay* aberto não possam enviar mensagens a usuários dessas redes.

Para resolver este problema de *relay* aberto, deve-se configurar estes servidores corretamente. A configuração adequada deve permitir apenas:

- envio de mensagens com endereço de origem local e endereço de destino local ou externo;
- recepção de mensagens com endereço de origem local ou externo e endereço de destino local.

Tratam-se de servidores:

- (A) UDP – *User Datagram Protocol.*
- (B) ARP – *Address Resolution Protocol.*
- (C) SMTP – *Simple Mail Transfer Protocol.*
- (D) ICMP – *Internet Control Mail Protocol.*
- (E) DNS – *Domain Name Service.*



16. Um usuário selecionou um trecho de texto em um *site* usando o navegador Google Chrome e, para acessar a janela onde será possível imprimir somente o trecho selecionado, ele deverá:
- (A) clicar com o botão direito do mouse sobre o trecho e selecionar a opção *Imprimir...*
 - (B) pressionar a combinação de teclas *CTRL + ALT + P*.
 - (C) clicar no menu *Imprimir* e na opção *Imprimir seleção*.
 - (D) clicar com o botão esquerdo do mouse sobre o trecho e selecionar a opção *Enviar para Impressora*.
 - (E) pressionar a combinação de teclas *SHIFT + P*.
-
17. Uma Analista estava editando um texto no Microsoft Word 2010, em português, e precisou traduzir a expressão *Processo Judicial* para o inglês. Para isso ela escolheu a opção *Tradução*, selecionando na caixa *Para*, a opção *Inglês (EUA)*. Em condições ideais, este recurso é acessado através da guia:
- (A) *Referências* > *Tradução para outras línguas*.
 - (B) *Página Inicial* > *Dicionário Internacional*.
 - (C) *Revisão* > *Dicionário Internacional*.
 - (D) *Referências* > *Referências Internacionais*.
 - (E) *Revisão* > *Dicionário de Sinônimos (ou Pesquisar)*.
-

História e Geografia do Estado do Maranhão

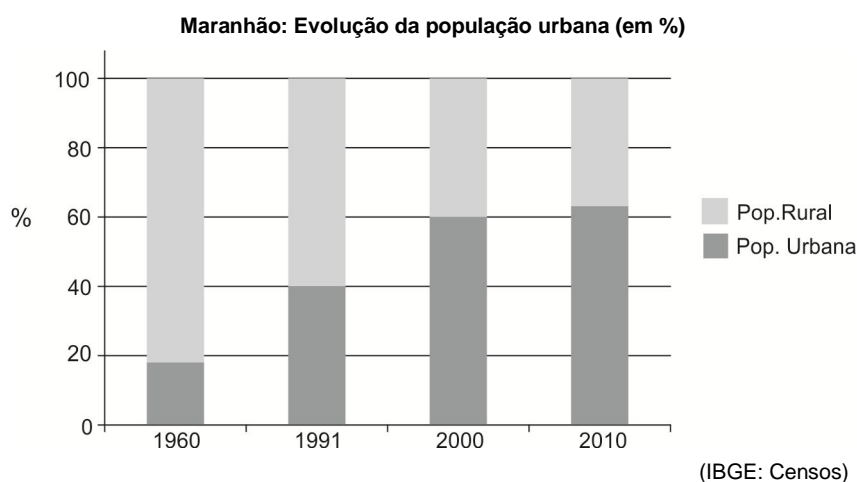
18. Considere as afirmações a seguir sobre a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, criada em 1755.
- I. Possuía o monopólio do comércio de escravos e o transporte naval de mercadorias para estas regiões.
 - II. Enfrentou forte resistência da Companhia de Jesus, que explorava comercialmente a região amazônica.
 - III. Criada pelos ingleses para controlar o comércio interno da Região Amazônica, a Companhia obteve amplo apoio dos comerciantes locais que puderam ter acesso a novas mercadorias.
 - IV. Foi criada no contexto das reformas administrativas e políticas do Império Português sob o comando do Marquês de Pombal, a fim de desenvolver economicamente a região.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.
-
19. A Batalha do Jenipapo e o Cerco de Caxias são episódios que impactaram a história do Maranhão e se situam na conjuntura da
- (A) Guerra de Independência ocorrida no Meio-Norte da América Portuguesa, território que não aderiu prontamente ao Império do Brasil, dada a forte presença militar e comercial portuguesa na região.
 - (B) Balaiada, caracterizada como uma revolta republicana que contou com a adesão de diversos setores sociais, contra o Império do Brasil, então dominado pela Casa de Bragança e pela Corte Portuguesa.
 - (C) Cabanagem, movimento de amplas dimensões que se originou no Grão-Pará e alcançou o Maranhão, marcado por grande participação popular, incluindo indígenas, quilombolas e escravos.
 - (D) Revolta de Bequimão, desencadeada pela reação de fazendeiros e donos de engenho contra o monopólio das companhias de comércio portuguesas.
 - (E) Guerra de combate à Invasão Holandesa, que resultou na vitória das forças nativistas luso-brasileiras após a expulsão das tropas de Maurício de Nassau.
-



20. Entre as consequências do governo de Miguel dos Santos Freire e Bruce (1823-1824), que se seguiu à adesão oficial do Maranhão ao Império do Brasil, destaca-se
- (A) o desencadeamento da repressão às classes populares que queriam continuar fiéis a Portugal, ao contrário das elites comerciantes luso-brasileiras e donos de latifúndios, partidários da adesão ao Império do Brasil.
 - (B) a divisão da sociedade entre monarquistas e republicanos e a adesão formal do Maranhão à Confederação do Equador, que visava separar politicamente o Norte do Império do Brasil, constituindo uma República independente.
 - (C) a abolição da escravidão na Província, causando a ruptura das elites escravocratas com o chamado "brucismo", que apoiava a emancipação dos escravos e a reforma agrária como forma de modernizar a região.
 - (D) o estabelecimento de um pacto de união entre portugueses comerciantes e brasileiros latifundiários, articulado pelo governo da Província, para excluir as classes populares da cena política.
 - (E) o acirramento das tensões sociais e políticas na Província, em função do medo e da insatisfação das elites diante da postura antilusitana desse governo e sua condescendência com manifestações populares contra proprietários portugueses.

21. A bacia hidrográfica do rio Mearim, com aproximadamente 99.000 km², está totalmente inserida no território do Estado do Maranhão. Sobre ela é correto afirmar que
- (A) seu rio principal tem suas nascentes nas encostas setentrionais da Serra da Menina, em altitudes de 400 a 500 m aproximadamente, e seu curso total é de cerca de 930 km.
 - (B) o rio Mearim nasce nas elevações que formam o divisor entre as bacias hidrográficas dos rios Pindaré e Tocantins e deságua na baía de São Marcos depois de percorrer cerca de 870 km.
 - (C) abrange 73 municípios, dos quais 30 têm todo o seu território no interior da bacia e os demais municípios têm a sua sede situada no interior de outras bacias.
 - (D) apresenta as maiores concentrações demográficas na porção sul, onde ocorrem densidades que variam entre 20 e 35 hab/km², situação diferente do que ocorre na porção norte.
 - (E) ocupa, no sul e sudeste, extensa área de planaltos e serras cristalinas e nas porções central e setentrional ocupa áreas de depressões e planícies cujas altitudes variam entre 100 e 200 metros.

22. Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



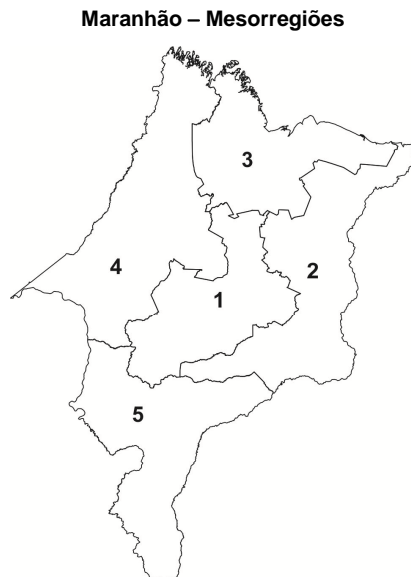
- I. No período entre 1960 e 2010, o número de municípios no estado cresceu mais de 100%, totalizando 217; no entanto, apenas 10 municípios concentram 1/3 da população maranhense.
- II. A criação da região metropolitana de São Luís, no início da década de 1990, deu forte impulso à urbanização do estado e, em 2017, a Grande São Luís tornou-se a terceira região metropolitana do Nordeste.
- III. Nas últimas décadas, o êxodo rural e o avanço da tecnologia no campo tiveram forte impacto sobre a redução da população rural e, conseqüentemente, sobre o total de trabalhadores rurais no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



23. Considere o mapa e os textos a seguir.



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

- I. Com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.
- II. A Mesorregião participou com 8,7% do PIB estadual em 2015. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do estado, a Mesorregião apresenta o maior PIB per capita maranhense, influenciado pelo complexo soja-milho e algodão, e o menor contingente populacional, com 4,7% da população do estado.

Os textos I e II descrevem, respectivamente, as mesorregiões

- (A) 4 e 3.
- (B) 2 e 1.
- (C) 1 e 5.
- (D) 4 e 5.
- (E) 2 e 4.

Organização Judiciária Estadual

24. Segundo dispõe o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, o juiz de paz é
- (A) eleito pelo voto direto, para mandato de 4 anos, entre candidatos dos quais não se exige formação em ensino superior nem experiência prévia na celebração civil de casamentos.
 - (B) escolhido por meio de concurso interno entre funcionários da serventia extrajudicial de registro civil com 5 anos ou mais de experiência em processos de habilitação para o casamento.
 - (C) escolhido pelo juiz de Direito, diretor do fórum, entre os três servidores mais antigos das serventias judiciais e extrajudiciais da comarca que manifestem interesse no exercício do cargo, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias.
 - (D) escolhido por meio de processo seletivo presidido pela autoridade judiciária dentre cidadãos de notória idoneidade moral para exercício da função, que é considerada de interesse público relevante e não remunerada.
 - (E) selecionado pelo Tribunal de Justiça, dentre candidatos com formação superior em Direito, por meio de concurso de provas e títulos, para exercício da função de forma vitalícia e remunerada.
25. Conforme regra expressa do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, têm competência para aplicação das penalidades disciplinares ao servidor do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça, o presidente do Tribunal, o Corregedor-Geral da Justiça e os juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os servidores, observada a seguinte regra:
- (A) os juízes não poderão aplicar a pena de suspensão.
 - (B) cabe exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça a aplicação da pena de demissão de servidor do quadro efetivo.
 - (C) somente o presidente do Tribunal e o Corregedor-Geral da Justiça poderão aplicar aos servidores a pena de remoção compulsória.
 - (D) ao Tribunal cabe, em reexame necessário, ratificar ou reformar as decisões que apliquem ao servidor a pena de suspensão superior a 30 dias com prejuízo de seus vencimentos.
 - (E) cabe ao presidente do Tribunal a demissão dos servidores em exercício de cargo em comissão independentemente de qualquer procedimento administrativo.



26. Um adolescente, cumprindo internação na Fundação da Criança e do Adolescente-Funac pela prática de ato infracional, impetra *habeas corpus* contra a decisão do juiz de Direito que lhe aplicou a medida. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a competência para processar e julgar o pedido é
- (A) da Câmara Especial.
 - (B) das Câmaras Isoladas Cíveis.
 - (C) das Câmaras Isoladas Criminais.
 - (D) das Câmaras Criminais Reunidas.
 - (E) das Câmaras Cíveis Reunidas.
-
27. Aos Oficiais de Justiça, conforme dispõe o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão,
- (A) incumbe comparecer, diariamente, ao fórum, e lá permanecer até quando for necessário.
 - (B) é vedado o cumprimento de mandados de prisão sem o apoio de força policial.
 - (C) incumbe fazer pessoalmente as diligências a ele atribuídas, facultada a utilização de meios epistolares ou telefônicos sempre que necessários.
 - (D) é vedado o cumprimento dos mandados de qualquer natureza quando fora do prazo assinado pela autoridade judiciária.
 - (E) garante-se prioridade na utilização de veículos oficiais de serviço para cumprimento de suas diligências.
-
28. Sobre a divisão judiciária, para os efeitos da administração da Justiça Comum, segundo disciplinado no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, é correto afirmar que
- (A) as comarcas de primeira entrância são definidas como aquelas sediadas em municípios com menos de 50 mil habitantes.
 - (B) a zona judiciária se define como o grupo de comarcas abrangidas na circunscrição territorial de cada uma das 32 Regiões Administrativas de Planejamento do Estado do Maranhão.
 - (C) cada município do Estado corresponde a um termo judiciário.
 - (D) os juízos distritais constituem subdivisões das comarcas de maior extensão territorial com competência restrita a casos de menor complexidade.
 - (E) as comarcas de entrância especial são assim classificadas considerando o contingente de eleitores da cidade-sede e a diversidade de suas atribuições e competências.
-

Direitos das Pessoas com Deficiência

29. Constitui atendimento prioritário previsto expressamente no Estatuto da Pessoa com Deficiência:
- (A) Ser atendido em instituições bancárias dentro do período máximo de quinze minutos.
 - (B) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
 - (C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento mais vantajoso em relação às demais pessoas.
 - (D) Receber condição preferencial quando contratar com o Poder Público.
 - (E) Receber, sem qualquer custo pessoal, auxílio de cão guia.
-
30. Considerando o direito à igualdade de oportunidades e o direito à não discriminação, é correto afirmar que a pessoa com deficiência
- (A) não sofrerá limitação aos seus direitos sexuais, mas não conservará amplamente seus direitos reprodutivos.
 - (B) não será necessariamente curatelada, mas não poderá ser curadora de outra pessoa.
 - (C) poderá casar-se, mas não lhe será reconhecida união estável.
 - (D) será contemplada com ações afirmativas, mas não está obrigada à fruição de benefícios delas decorrentes.
 - (E) poderá ser adotada, mas não poderá adotar.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

31. A Administração pública pretende explorar um terreno público desocupado como forma de incrementar sua receita. A ideia da Administração é, enquanto estão sendo desenvolvidos estudos para apuração da vocação do terreno, destiná-lo a um estacionamento. Para tanto:
- (A) poderá outorgar autorização de uso remunerada e precária, sem prévia realização de licitação, procedimento aplicável somente a contratos.
 - (B) será necessária a realização de licitação, a fim de selecionar a melhor proposta para exploração do terreno público, que poderá se dar por meio de autorização de uso.
 - (C) é necessária a celebração de contrato de concessão de uso, que não se submete a procedimento de licitação em razão da autonomia da Administração pública para gestão de seus bens imóveis.
 - (D) deve ser licitada a celebração de contrato da administração, regido pelo direito privado, em razão do interesse no uso ser eminentemente econômico.
 - (E) pode ser celebrado contrato de permissão de uso, pois se faz presente interesse público na outorga.
-
32. Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público precedido de obra pública para construção e exploração de uma rodovia, o poder concedente identificou a necessidade de construção de dois viadutos para interligação com duas rodovias, a fim de viabilizar o escoamento do tráfego para o novo modal, especialmente de caminhões. A construção desses acessos não estava originalmente no projeto, tendo decorrido de necessidade técnica, por não ter sido adequada e tempestivamente calculado o nível de saturação das duas rodovias já existentes. Diante dessa narrativa, uma solução juridicamente possível para realização das obras de interligação rodoviária é
- (A) o aditamento quantitativo do contrato de concessão, observado o limite legal de 50% do valor originalmente ajustado.
 - (B) aditar o contrato de concessão para a inclusão das obras, promovendo o poder concedente o reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência dos novos investimentos e de alteração do cronograma original.
 - (C) licitar a contratação para realização das novas obras, instituindo-se preferência em favor da concessionária como critério de desempate, no caso de haver proposta de mesmo valor apresentada por terceiro.
 - (D) a revogação do contrato de concessão em curso, diante da imprecisão dos estudos técnicos que precederam a licitação, constituindo vício de legalidade insanável durante a execução da obra.
 - (E) a contratação emergencial das obras, não necessariamente com a concessionária, mas sim considerando o menor valor, para que a execução dos viadutos não interfira no cronograma do contrato de concessão em curso.
-
33. A intervenção do Estado no domínio econômico pode se dar de forma direta ou indireta. Constitui exemplo da atuação do Estado no domínio econômico a
- (A) criação de empresas estatais, cuja natureza será de pessoa jurídica de direito privado quando seu objeto social for a exploração de atividade econômica, diferentemente das prestadoras de serviço público, que se submetem a regime jurídico de direito público.
 - (B) prática de atividades de fomento, como ferramenta de incentivo econômico, o que afasta a incidência do regime licitatório para as relações jurídicas firmadas por terceiros com o poder público.
 - (C) outorga de benefícios a empresas privadas atuantes em determinados setores produtivos, tais como inexigibilidade de licitação para contratação com entes da Administração pública direta e indireta.
 - (D) criação de empresas estatais com escopo de exploração de atividade econômica como mecanismo de desenvolvimento econômico, o que lhes concede prerrogativas em relação às demais empresas que atuem no setor, tais como benefícios fiscais.
 - (E) instituição de empresas estatais para atuarem em regime de competição no mercado, fundamento que afasta, por exemplo, a obrigatoriedade de realização de licitações para exercício de suas atividades fim.
-
34. Os princípios da indisponibilidade dos bens públicos e da supremacia do interesse público fundamentam algumas prerrogativas legalmente previstas para a Administração pública e também podem constituir ferramentas de controle das atividades do Executivo, a exemplo
- (A) da necessidade de demonstrar o fundamento e finalidade de interesse público para desapropriar bens de propriedade privada ou pública, independentemente da esfera federativa e de autorização legislativa.
 - (B) da anulação dos atos administrativos que não tenham observado procedimento legal para sua edição, faculdade conferida exclusivamente à Administração pública, não se admitindo que seja objeto de decisão judicial.
 - (C) da impenhorabilidade dos bens públicos, para garantir que o patrimônio público continue se prestando a todos os administrados, direta ou indiretamente, não podendo ser dilapidado por má gestão administrativa.
 - (D) do exercício do poder de polícia, que permite a edição de atos legislativos e adoção de medidas materiais pela Administração pública independentemente da existência de lei autorizadora.
 - (E) da afetação e desafetação dos bens públicos, que somente podem se dar por meio da edição de lei, garantindo que a restrição ao uso do patrimônio não se dará para qualquer finalidade, bem como que não haverá disposição de bens que atendam o interesse público.



35. O servidor público titular de cargo efetivo cuja atuação, no exercício de suas funções, ensejar danos ao erário ou a terceiros:
- (A) responde objetivamente, da mesma forma e sob o mesmo fundamento que ensejam a responsabilidade do Poder Público.
 - (B) não responde administrativa ou civilmente, tendo em vista que o ente público ao qual está vinculado assumirá, por força de norma constitucional, o ressarcimento dos danos.
 - (C) será sancionado nas esferas administrativa e de improbidade, não lhe sendo permitido alegar ausência de culpa ou de dolo.
 - (D) pode ser responsabilizado diante de culpa ou dolo, diferentemente do ente público, sujeito à responsabilidade civil objetiva.
 - (E) pode ser demandado em litisconsórcio com o ente público com qual mantém vínculo funcional, incidindo, na hipótese, responsabilidade subjetiva.
-
36. O recurso apresentado em processo disciplinar no qual foi imposta suspensão ao servidor efetivo, de acordo com o disposto na Lei nº 8.959/2009,
- (A) é facultativo, considerando haver revisão de ofício de todas as condenações impostas em processos disciplinares.
 - (B) está circunscrito à alegação de vício de legalidade no processo administrativo, considerando a margem de discricionariedade que informa a tipificação das infrações disciplinares.
 - (C) pode ser interposto tanto pelo servidor apenado quanto por terceiros, independente de vínculo de interesse, pois evitar condenações descabidas é forma de tutelar o princípio da independência funcional.
 - (D) possibilita prévio juízo de reconsideração pela Administração, considerando que essa medida não pode ser adotada de ofício nos processos administrativos em geral.
 - (E) será apreciado pela autoridade superior à que proferiu a decisão, vedada a delegação dessa competência.
-
37. A emissão de licença para obras de construção constitui ato administrativo
- (A) de natureza discricionária, não sendo, portanto, obrigatória a motivação no caso de indeferimento diante da ausência de requisitos objetivos legais.
 - (B) de espécie normativa, porque estabelece as condições e termos para a edificação pelo requerente, aspectos que não constam da legislação e, portanto, não podem ser objeto de controle externo.
 - (C) passível de ser controlado pelo Poder Judiciário no que se refere aos requisitos legais para sua emissão, porque configura ato administrativo vinculado.
 - (D) que não pode ser objeto de anulação pelo Poder Judiciário, apenas revogação, considerando que cabe apenas a verificação dos aspectos vinculados do ato.
 - (E) autorizativo e, como tal, discricionário, admitida, portanto, a revogação pela própria Administração, motivadamente, bem como pelo Poder Judiciário, resguardado o mérito do ato.
-
38. No que se refere aos bens afetados a determinado serviço público,
- (A) são considerados bens reversíveis enquanto os serviços públicos estiverem sendo prestados sob regime de concessão ou permissão, independentemente do encerramento do vínculo contratual.
 - (B) ficam protegidos pelo regime jurídico de direito público desde sua aquisição, salvo se os serviços públicos estiverem sendo prestados por pessoa jurídica de direito privado ou por entes da Administração indireta.
 - (C) podem ser transferidos em definitivo à pessoa jurídica que explora o serviço público se, quando da celebração de contrato de concessão, também tiver havido delegação de titularidade do serviço público.
 - (D) são inalienáveis enquanto estiver em vigência instrumento jurídico de delegação da prestação dos serviços, revertendo ao titular do serviço público ao final, quando serão alienados mediante licitação.
 - (E) podem ser objeto de penhora para execução de dívidas do titular do serviço público, no caso de serem classificados como bens dominicais.

**Direito Constitucional**

39. Acerca do que estabelece a Constituição Federal, em matéria de direitos e garantias fundamentais,
- (A) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, ainda que nos casos de crime propriamente militar, definidos em lei.
 - (B) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante a infância da criança.
 - (C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
 - (D) será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal.
 - (E) é livre a locomoção no território nacional em tempos de guerra ou de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
-
40. De acordo com a Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,
- (A) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (B) ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para o trabalhador urbano e de dois anos para o trabalhador rural.
 - (C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de vinte e um e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.
 - (D) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.
 - (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
-
41. No que concerne ao Controle de Constitucionalidade no direito brasileiro,
- (A) no sistema concentrado de controle se permite a todo e qualquer juiz ou tribunal o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma norma e, conseqüentemente, a sua não aplicação ao caso concreto levado a seu conhecimento.
 - (B) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente e à Administração Pública para fazê-lo em cento e oitenta dias.
 - (C) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - (D) o Defensor Público da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) poderá propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
-
42. A respeito do que disciplina a Constituição Federal sobre o processo legislativo,
- (A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal e ao Advogado-Geral da União, na forma e nos casos previstos na Constituição.
 - (B) são de iniciativa privativa do Congresso Nacional as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
 - (C) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
 - (D) não será admitido aumento da despesa prevista no orçamento, com exceção aos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.
 - (E) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por três Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.



43. Considere os seguintes órgãos:

- I. Conselho Nacional de Justiça.
- II. Tribunais Militares.
- III. Ministério Público.
- IV. Advocacia-Geral da União.
- V. Tribunais Eleitorais.

Nos termos da Constituição Federal, integram o Poder Judiciário APENAS os referidos em

- (A) II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e V.

44. À luz do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos,

- (A) é a todos assegurada, após o regular pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (B) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (C) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
- (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia em dinheiro.
- (E) a lei não excluirá da apreciação do Poder Legislativo lesão ou ameaça a direito.

45. Sobre as finanças públicas na Constituição Federal,

- (A) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.
- (B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.
- (C) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues de uma única vez, no início do ano corrente.
- (D) lei complementar disporá sobre finanças públicas.
- (E) é vedado a qualquer banco conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

46. À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a seguridade social,

- (A) será ela financiada exclusivamente pelo poder público, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, inclusive, o orçamento da União.
- (C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, somente poderá contratar com o Poder Público no caso de prestação integral de caução, fiança bancária ou seguro-fiança.
- (D) a proposta de orçamento respectiva será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- (E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, as microempresas e as empresas de pequeno porte que atendam às exigências estabelecidas em lei.

**Direito Civil**

47. Quanto às pessoas jurídicas, é correto afirmar:
- (A) Obrigam a pessoa jurídica os atos de seus administradores, exercidos ou não nos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.
 - (B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades, ainda que pendente de registro seus atos constitutivos.
 - (C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
 - (D) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões tomar-se-ão sempre pela maioria de votos dos presentes.
 - (E) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, o cancelamento de sua inscrição será imediato.
-
48. Em relação às disposições gerais dos contratos, é correto afirmar:
- (A) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
 - (B) A aceitação do contrato fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.
 - (C) Caracterizando-se vício redibitório em um contrato, o alienante, conhecendo ou não o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos.
 - (D) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção; esta garantia não subsiste se a aquisição foi realizada em hasta pública.
 - (E) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia do aderente a direito resultante da natureza do negócio, desde que previamente informado dessa circunstância.
-
49. Relativamente ao mandato, considere:
- I. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.
 - II. O mandato deve ser expresso.
 - III. O mandato em termos gerais só confere poderes de administração e para transigir.
 - IV. O mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
 - V. O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário, mas o mandante não tem ação contra ele senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e V.
-
50. Quanto à penhora, à hipoteca e à anticrese, é correto afirmar:
- (A) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
 - (B) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa a exoneração correspondente da garantia, desde que esta compreenda vários bens.
 - (C) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
 - (D) Salvo cláusula expressa, o terceiro que presta garantia real por dívida alheia não fica obrigado a substituí-la, ou reforçá-la, quando, sem culpa sua, se perca, deteriore, ou desvalorize.
 - (E) Nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida legalmente previstas, compreendem-se os juros correspondentes ao tempo ainda não vencido.

**Direito Processual Civil**

51. Em relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos processuais, considere:
- I. Em regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei não a exigir, considerando-se válidos os atos realizados com essa obediência formal.
 - II. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
 - III. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais, inclusive no tocante à desistência da ação.
 - IV. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
 - V. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, IV e V.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III, IV e V.

52. Em relação à citação, é correto afirmar:
- (A) Para a validade do processo é imprescindível a citação do réu ou do executado, salvo nas hipóteses de deferimento da petição inicial ou de procedência liminar do pedido.
 - (B) Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
 - (C) A citação será sempre pessoal, podendo ser feita por mandado a ser expedido pela Serventia ou por via postal.
 - (D) A citação será feita inicialmente por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça; frustrado esse meio, far-se-á a citação pelo correio.
 - (E) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o Oficial de Justiça poderá efetuar citações, intimações e notificações, salvo penhoras e outros atos executivos, que por sua natureza exigem a expedição de carta precatória para sua realização.

53. Quanto às provas, é correto afirmar:
- (A) Na atual sistemática processual civil, não há mais fatos em cujo favor milite presunção legal de existência ou de veracidade para efeito probatório.
 - (B) Os fatos admitidos no processo como incontroversos dependem apenas de prova oral em audiência que os ratifique.
 - (C) O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
 - (D) Caberá ao juiz determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, somente se requeridas pela parte, em obediência ao princípio dispositivo.
 - (E) A existência de algum fato pode ser atestada ou documentada, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião; excluem-se da ata notarial dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos.

Direito Penal

54. Acerca do que dispõe o Código Penal sobre as excludentes de ilicitude,
- (A) não haverá legítima defesa se o direito em perigo for de outra pessoa.
 - (B) ao agir em legítima defesa, o agente só responderá pelo excesso doloso, e não pelo culposos.
 - (C) é possível a alegação de estado de necessidade ainda que o agente tenha o dever legal de enfrentar o perigo.
 - (D) somente é reconhecida, no direito penal brasileiro, a legítima defesa putativa, não sendo admissível a invocação de estado de necessidade putativo.
 - (E) no estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.



55. De acordo com o que estabelece o Código Penal, no que tange às penas,
- (A) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações inferiores a seis meses de privação da liberdade.
 - (B) o condenado ao regime semiaberto de cumprimento de pena fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
 - (C) considera-se regime semiaberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
 - (D) a de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
 - (E) o trabalho externo somente é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior, para os condenados ao regime aberto.
-
56. De acordo com o que estabelece a lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006),
- (A) constitui crime o descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de vigência com base nesta Lei.
 - (B) nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, somente será concedida liberdade provisória ao preso, se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, autorizarem a concessão do benefício.
 - (C) somente será permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, se as circunstâncias judiciais forem favoráveis ao agressor.
 - (D) para fins de economia processual, é permitido que a ofendida entregue pessoalmente a intimação ou notificação ao agressor.
 - (E) verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor, somente com ordem da autoridade judicial, será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
-
57. Acerca do que dispõe a Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013),
- (A) a pena do crime de organização criminosa é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), se houver participação de criança, adolescente ou idoso.
 - (B) a condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.
 - (C) não há incremento de pena do crime de organização criminosa no caso de, na atuação da organização criminosa, tiver sido empregada arma de fogo.
 - (D) se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
 - (E) considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 3 (três) anos.

Direito Processual Penal

58. De acordo com a Lei de Execução Penal,
- (A) a remição de pena é vedada aos condenados por crime cometido com violência contra a pessoa.
 - (B) o indulto permite a saída em feriados e datas festivas aos condenados em regime fechado.
 - (C) a progressão de regime demanda a comprovação de bom comportamento carcerário pelo diretor do presídio.
 - (D) o agravo em execução é recurso exclusivo da defesa tal qual os embargos infringentes e de nulidade.
 - (E) o livramento condicional é um substitutivo da prisão preventiva que se mostrar desnecessária.
-
59. O exame de corpo de delito
- (A) deve ser realizado por perito oficial ou pelo próprio juiz.
 - (B) deve ser realizado quando se mostrar ausente vestígio do crime, assegurado o direito de apresentação de quesitos pelas partes.
 - (C) será feito de maneira indireta no caso de competência do Tribunal do Júri.
 - (D) poderá ser substituído pela acareação ou pelo reconhecimento em crimes contra a fé pública.
 - (E) será realizado com prioridade em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
-
60. São medidas cautelares diversas da prisão,
- (A) o reconhecimento de pessoas e a monitoração eletrônica.
 - (B) o comparecimento periódico em juízo e o recurso em sentido estrito.
 - (C) a proibição de ausentar-se da comarca e o regime aberto.
 - (D) a proibição de manter contato com pessoa determinada e o interrogatório.
 - (E) a fiança e a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.



PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.3 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. 10.4 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** constará de 01 (uma) questão prática, para o qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequado à atribuição do cargo para o qual o candidato se inscreveu. 10.5 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6 (seis). 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva – Estudo de Caso** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.7.1 fugir ao tema proposto; 10.7.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.7.3 for assinada fora do local apropriado; 10.7.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.7.5 estiver em branco; 10.7.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.7.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.8 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.9 Na **Prova Discursiva – Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.10 O campo reservado para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva – Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 10.11 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da **Prova Discursiva – Estudo de Caso**.

QUESTÃO DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

Via @carla_gabola

Pedro, casado com Rosana, com quem convive maritalmente há 10 anos, vem mantendo nos últimos cinco anos relacionamento paralelo extraconjugal com Simone, com quem chegou, inclusive, a coabitar por alguns meses. Desconfiado de que a sua amante Simone esteja envolvida com outro homem, Pedro decide esclarecer a situação. Sem, inicialmente, ter coragem para questioná-la, decide, primeiramente, ir até um bar situado próximo a sua residência a fim de se embriagar. No referido estabelecimento, já sob o efeito do álcool, comenta a suspeita de traição de Simone com seu amigo e confidente Paulo, que ali também estava, porém sóbrio, e que já tinha conhecimento do relacionamento paralelo de Pedro. Ambos, então, resolvem dirigir-se até a residência de Simone, a fim de agredi-la. Chegando na casa de Simone, Paulo a imobiliza, enquanto Pedro passa a desferir tapas em seu rosto, causando-lhe lesões de natureza leve. Com os gritos de Simone, ambos Pedro e Paulo fogem do local. Simone, então, procura a autoridade policial e registra ocorrência em razão das agressões praticadas por Pedro e Paulo. Passadas algumas semanas, Pedro e Simone conversam sobre o que aconteceu, ocasião em que, com a promessa de Pedro se separar de Rosana e passar a viver com Simone, esta decide, então, renunciar à representação anteriormente feita contra Pedro e Paulo.

Diante do caso exposto, e com base no ordenamento jurídico brasileiro, responda fundamentadamente:

- Especifique o(s) crime(s), em tese, praticado(s) por Pedro e Paulo.
- Tanto Pedro quanto Paulo poderão ser enquadrados na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha?
- Há alguma consequência jurídica no fato de Pedro ter praticado a agressão sob o efeito de álcool?
- Simone poderá renunciar à representação durante a fase de inquérito policial?
- Em caso de condenação de Pedro, poderá haver aplicação de pena de prestação pecuniária?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |



| | |
|----|--|
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO